

Funaro e Bracher iniciam as negociações da dívida

OLGA CURADO
Enviada especial

Washington — O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, reúnem-se hoje à tarde com o secretário do tesouro norte-americano, James Baker, para discutir as alternativas para o financiamento da dívida externa brasileira. Bracher voltou a afirmar que a definição de 2,5% do PIB como limite do volume anual de recursos que o Brasil pretende

destinar às amortizações da dívida é apenas um "número de trabalho". Segundo disse, esta também é a posição de Funaro, ressaltando nunca ter ouvido do ministro qualquer declaração de que a fixação daquele percentual seria inegociável.

De qualquer forma, não se deve esperar nada de definitivo da reunião de hoje, já que, de acordo com a orientação geral estabelecida pelo presidente Sarney para sua visita aos EUA, o objetivo da viagem se limita ao esclarecimento formal das posições dos dois países em relação a temas multilaterais. Além disso, apesar de credores da maior parte da



6-5-86

Bracher: País não mexe na taxa de câmbio

dívida brasileira os Estados Unidos não decidem unilateralmente pelo conjunto dos credores. E tanto é assim, que no sábado Funaro se desliga da comitiva e embarca para a Europa, onde manterá contatos com autoridades econômicas da Inglaterra, França e Alemanha, para discutir, entre outras coisas, a dívida externa do País. Assim, a reunião com Baker não vai além de um levantamento de dados e opiniões com vistas ao estabelecimento de uma estratégia a longo prazo de escalonamento da dívida, considerando-se, ainda, que a renegociação dos débitos deste ano e de 1987 já está fechada.

externa
CÂMBIO

Logo após sua chegada a Washington, o presidente do BC, Fernão Bracher, disse que "não é hora de mexer na taxa de câmbio" — uma resposta às sugestões dos técnicos do FMI, segundo os quais o País deveria desvalorizar o cruzado frente ao dólar como forma de incentivar as exportações e, assim, obter os dólares necessários à quitação da dívida. Quanto à necessidade do aval do Fundo para a obtenção de novos créditos externos, Bracher lembrou quem, além da Polônia e Cuba, também o Chile conseguiu empréstimos internacionais sem aquele aval "no começo do governo Allende".

Segundo Bracher, todos os países que solicitaram reescalonamento cometaram erros graves na condução de sua política interna, o que, no seu entender, não é o caso do Brasil, já que, afirmou, o governo está conseguindo bons resultados com o Plano Cruzado. "Em 1982, houve uma crise internacional independente da economia interna dos países. A regra foi a justificativa de que a responsabilidade cabia às recomendações do FMI", disse o presidente do BC.

Em relação à possibilidade de se aumentarem os investimentos norte-americanos no País, Bracher observou que, especialmente para o caso da informática, "as regras estão plenamente clarificadas. O problema é que eles podem não gostar delas". E completou: "A transferência de investimentos com a redução de encargos será satisfatória para o Brasil".